

ALIENAÇÃO OPERÁRIA EM JUIZ DE FORA NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Leonardo Lopes Vergara*
Leandro Pereira Gonçalves**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o comportamento da classe operária de Juiz de Fora em relação ao advento da Primeira Guerra Mundial. Esta abordagem acontecerá por a cidade possuir uma colônia alemã participativa do cotidiano social e econômico. Dessa forma, haverá a busca de conflitos étnicos durante o período beligerante de 1914 a 1918. Os conceitos de Karl Marx a respeito de alienação serão utilizados, traçando um paralelo com os fatos históricos.

Palavras-chave: Classe operária. Primeira Guerra Mundial. Conflitos étnicos. Alemães. Alienação.

ABSTRACT

This article has the objective to analyze the way that the working class of Juiz de Fora be have in relation to the First World War. This is clone this way because the city. There fore, there will be a search for possible ethnic conflicts during war period that goes from 1914 to 1918. The concepts of Karl Marx about alienation will be used making a parallel with the historic fact.

Keywords: Working class. First World War. Ethnic conflicts. Germans. Alienation.

*Graduando em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

**Professor assistente do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Apesar de a nomenclatura sugerir um conflito de proporções mundiais, as batalhas da Primeira Guerra Mundial ocorreram restritamente em território europeu e, de fato, foram as suas consequências que modificaram as estruturas políticas e econômicas de grande parte do globo terrestre. Esse conflito foi marcado não pela diferença de ideais, mas por uma procura intensa de mercados e uma disputa por anexação de territórios, acarretando, a formação de extensos monopólios e consolidando o domínio imperialista. No entanto não evitaria conflitos étnicos:

A principal característica desse processo desenfreado por ampliação de espaços era de que a expansão dos Estados europeus tinha sido motivada por uma necessidade irrefreável da ampliação de mercados das economias do capitalismo industrial. [...] Se as fronteiras nacionais tinham sido até então a base de sustentação do edifício político do Estado, as forças avassaladoras do capitalismo industrial pressionavam para que as fronteiras fossem rompidas e expandidas a uma dimensão sem precedentes (DECCA, 2005, p.155).

O acentuado desempenho econômico dos países imperialistas partiu a Europa em dois grupos a partir de 1907, e intensificou as tensões, apesar de lá ainda persistir o clima da Belle Époque, quando se vivia a ilusão de um tempo áureo para a humanidade. De um lado formando a Tríplice Aliança estavam: Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália, tendo como característica principal a recém-unificação de seus territórios e o fato de estarem emergindo no tentador mercado capitalista. Compondo o outro bloco do conflito estavam: Inglaterra, França e Rússia. Com exceção da Rússia, esses países detinham a maior parte do mercado mundial. O império inglês, por exemplo, era tão vasto que carregava o jargão de que nele o sol nunca se punha, tornando difícil a essas nações ceder qualquer tipo de espaço no concorrido mercado consumidor. Esse grupo recebeu a nomenclatura de Tríplice Entente.

Uma das regiões de maior tensão era a dos Bálcãs, onde o Império Austro-Húngaro buscava a anexação com a Sérvia, que, por sua vez, tinha o objetivo de formar um território único que abrigasse todo o povo eslavo. Para tanto, à Sérvia contava com o apoio russo:

A expansão imperialista de cada um desses países era um fato por si só explosivo. Assim, por exemplo, a região dos Bálcãs parecia um barril de pólvora, envolvendo interesses da Áustria, da Rússia e do Império Turco. Ali, os interesses austríacos esbarravam no desejo da autonomia das minorias étnicas e no avanço russo na região (MOTTA, 2005, p. 237).

Em 1914, o príncipe herdeiro do Império Austro-Húngaro Francisco Ferdinando, em visita a Sarajevo, capital da Sérvia, foi assassinado pela sociedade secreta Mão Negra. A sociedade defendia a incorporação da Bósnia à Sérvia e não

aceitava a anexação desses territórios ao Império Austro-Húngaro:

A morte do herdeiro do Império Austro-Húngaro tornou-se assim o estopim do conflito, uma vez que a Áustria, apoiada pela Alemanha, exigiu a apuração sumária do episódio. Ora, como isso não foi feito a Áustria declarou guerra à Sérvia. Para se precaver contra as ofensivas desse império, os sérvios procuraram a ajuda dos russos. Como um efeito dominó, o sistema de alianças transformaria um conflito regional na Primeira Guerra Mundial (MOTTA, 2005, p. 238).

Inicialmente, o Brasil se manteve neutro no conflito, pois mantinha comércio com as três principais nações beligerantes que por ordem de importância eram: Inglaterra, Alemanha e França. Tornava-se então prudente a neutralidade brasileira, pois, na época, entendia-se que o conflito seria breve e não alcançaria grandes proporções.

Entretanto, economicamente, a Primeira Guerra Mundial trouxe consequências desastrosas para o mercado agro-exportador brasileiro, causando grande queda na exportação de café e outros produtos agrícolas; em contrapartida, foi de suma importância para a consolidação da indústria nacional de bens de consumo. “Um parque industrial de importância suficiente para que, ele mesmo, gerasse uma demanda que vai servir como um elemento indutor relativamente importante de investimentos no próprio setor industrial” (PIRES, 2004, p. 107).

Juiz de Fora, que já possuía um desenvolvimento industrial significativo desde as últimas décadas do século XIX, vivenciou o impacto da Primeira Grande Guerra de uma forma contrastante. “Industrialmente, é este o mais importante município do estado, e é principalmente por este fato que lhe cabe a primazia entre todos [...] em proporção à população, é esta a cidade mais industrial do Brasil” (ANDRADE, 1987, p. 23). Os industriais sentiam-se satisfeitos por verem seus negócios prosperarem; por sua vez, o operariado via-se cada vez mais oprimido, causando, assim, distúrbios sociais cujas verdadeiras causas se mantinham obscuras.

Para dirimir tais conflitos, a Câmara Municipal teria que administrar o desenvolvimento industrial que cresceu abruptamente. E também não poderia abster-se de deliberar sobre a distribuição demográfica da população menos favorecida, pois havia o interesse por parte da burguesia industrial em conservar o parque fabril na região central da cidade. Composta por uma elite de latifundiários e industriais, a Câmara Municipal legislou a favor dos proprietários dos meios de produção em detrimento da classe operária:

Em julho de 1912, o vereador cel. João Batista de Oliveira, apresentava à Câmara Municipal um projeto que dava isenção de todos os impostos municipais aos proprietários que construíssem grupos de 5 casas para operários na zona urbana, não podendo o aluguel ultrapassar a 30\$000 mensais. O projeto é

transformado na Resolução nº 666 de 14 de outubro de 1912 (Resolução da Câmara Municipal, 1912, livro 3, p. 56 apud ANDRADE, 1987, p. 43).

Posteriormente, a Câmara Municipal readequaria a distribuição geográfica da população, mostrando assim, que tanto o Estado quanto a população menos abastada, neste período, sofriam manipulação constante da burguesia. Sonia Mendonça (1998) define esta situação de uso do Estado da seguinte maneira:

A concepção do Estado como representante das classes dominantes (proprietários de todo tipo) gerou várias correntes no interior do marxismo [...], a isto chamamos de determinismo do econômico sobre o político, o social e o ideológico. Gestava-se, assim, como uma variante do modelo marxiano, uma visão do **Estado objeto** [grifo do autor], ou seja, que existiria para garantir e fazer valer os interesses econômicos das classes dominantes, baseado tanto na violência, quanto no “engodo” ideológico (MENDONÇA, 1998, p. 19)

O “Estado objeto” fica bem delineado; mas, para analisar o operário – que compõe grande parte da classe dos menos abastados – em Juiz de Fora, serão usados os conceitos de Karl Marx interpretados por Jean-Yves Calvez (1975) a respeito de alienação. Sua conceituação sobre alienação pode ser definida como: “o tipo geral das situações do sujeito absolutizado, que a si mesmo se atribuiu um mundo, que só pode ser um mundo formal, o que supõe a recusa do verdadeiro mundo concreto e de todas as suas exigências” (CALVEZ, 1975, p. 65).

Em nota publicada no jornal **O Lince**, que retratava um caso de xenofobia por parte dos operários da Fábrica Mascarenhas em relação a um funcionário alemão, verificou-se: “Com alemães não trabalhamos [sic]” (16 fev 1918, p. 50). Esse fato fez surgir a hipótese de conciliar um tema histórico, entrelaçando-o com o conceito de alienação proposto por Marx.

Juiz de Fora, no início do século XX, possuía posição de destaque no cenário nacional devido ao grande número de fábricas. Mas os grandes credores dessas fábricas eram os cafeicultores, que cediam crédito através do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Essa posição contrastava com o restante do Brasil que: “[...] justificando sua ação por um falso conceito de federalismo, se submetia sem constrangimento ao paternalismo inglês, preferindo solicitar empréstimos a firmas inglesas ao invés do Banco do Brasil” (VINHOSA, 1990, p. 25). Aliás, a Inglaterra começaria a perder sua influência diplomática na América Latina, principalmente com o Brasil. Os Estados Unidos, a partir da Primeira Grande Guerra, teriam mais afinidade com o Itamarati que os britânicos.

É interessante notar as nuances do capitalismo que se adequa de acordo com o cenário de seus proponentes. Analisando tanto o fato regional como o nacional, fica claro que: “[...] é a sociedade quem determina o Estado, e que não é o Estado,

quem determina a sociedade” (CALVEZ, 1975, p. 29). Assim, mesmo o Estado ainda não tendo chegado ao capitalismo pleno, a manutenção do status quo estava sempre presente na mentalidade da classe dominante. Fica o exemplo da ascensão ocorrida com o intercâmbio comercial entre Brasil e Estados Unidos que se intensifica quando os antigos importadores não mais comercializam com as nações beligerantes. Em outras palavras, o aumento da afinidade entre empresários norte-americanos e brasileiros mudaria o destino do mercado externo de ambos os países.

A consolidação do capitalismo no Brasil faria crescer consideravelmente a classe operária, que já havia se organizado nas principais cidades do país. O historiador Mateus Fernandes de Oliveira Almeida (2005), em pesquisa sobre a classe operária em Juiz de Fora, registra a existência de sindicatos desde 1906 na Manchester Mineira. Marcos Del Roio (2007) mostra que esta organização operária foi influenciada pelos movimentos ocorridos no continente europeu:

A fundação na França, da CGT (Confederação Geral do Trabalho), em 1904, de inspiração sindical - revolucionária, e a revolução russa de 1905 foram sugestivas para que a classe operária no Brasil tentasse se organizar de forma autônoma e mesmo antagônica ao capital e ao Estado. Assim é que, em 1906, no bojo dos movimentos grevistas de algum sucesso, possibilitados pela crise cafeeira e pelo ampliado poder de negociação da força de trabalho, o movimento operário deu forma à COB (Confederação Operária Brasileira), seguindo o exemplo de outras confederações operárias existentes no Cone Sul do continente e no México (DEL ROIO, 2007, p. 66-67).

Marcos Del Roio demonstra, assim, a existência de uma consciência de classe que, já se sentindo reprimida, busca uma organização para combater a exploração excessiva de seus iguais. A criação dos sindicatos é de extrema importância para amenizar o processo de alienação imposto pela burguesia junto à classe operária. “A ilusão provém do fato do Estado ser monopolizado por uma classe determinada, tornando-se assim, um instrumento dessa classe” (CALVEZ, 1975, p. 262).

Deve-se levar em conta que a criação dos sindicatos deu-se por influência dos imigrantes europeus, pois no velho continente os sindicatos já existiam desde meados do século XIX, sendo comuns no cotidiano dos imigrantes que chegavam ao Brasil. A classe operária juizforana seguiu a tendência nacional, introduzindo elementos imigrantes na gênese de seus sindicatos.

A industrialização, ocorrida na cidade, já se fazia presente na área têxtil e, com a Primeira Guerra Mundial, ocorreu uma diversificação e uma aceleração no crescimento demográfico:

No que se refere à produção industrial, a opinião geral dos estudiosos deste período é que apesar de já existir, antes de 1914, um número

expressivo de fábricas, com a predominância das indústrias têxteis e de alimentos, foi entre 1914 e 1918 que ocorreu o grande surto industrial, permitindo que o Brasil alcançasse, por volta de 1919, uma autonomia substancial na produção de bens de consumo. (VINHOSA, 1990, p. 128).

Por outro lado a guerra não traria apenas benesses econômicas. O jornal **O Lince**, do dia 10 de outubro de 1914 (p. 02), publica uma nota dizendo que iria reduzir o número de edições mensais do jornal devido ao aumento de preço do papel importado. As indústrias teriam que diversificar sua produção e o aumento do parque fabril afetaria a distribuição demográfica da população. Como as indústrias se localizavam na área central da cidade houve uma valorização no preço dos aluguéis; os operários, não tendo como pagar a locação dos imóveis, foram obrigados a se dirigir para a periferia. Houve, assim, uma divisão geográfica das classes sociais. A posteriori, o caminho da periferia foi imposto ao proletariado através da Resolução Municipal, nº. 706 de 1º de fevereiro de 1916:

Art. 1º - Dentro do perímetro urbano não será permitido a abertura de avenidas para, operários ou ruas de largura inferior a 13 metros e cujo plano não for aprovado pelo agente executivo municipal. Parágrafo 1º - Fica o agente executivo municipal autorizado a fazer a desapropriação das habitações existentes nas avenidas abertas no interior dos quarteirões da cidade e fazer demolição das mesmas, quando o permitirem a situação financeira do município. Art. 2º - Fica revogada a Resolução Municipal nº. 666, de 14 de Outubro de 1912, na parte relativa ao perímetro urbano. (apud ANDRADE, 1987, p. 43).

Com a implantação dessa nova Resolução fica bem definido o comprometimento da Câmara Municipal em legislar a favor dos industriais, como já ocorrera na Resolução Municipal nº 666 de 1912. Os operários, dessa forma, seguiam rumo à periferia, expulsos do centro da cidade por uma lei que só beneficiaria a classe dominante. “A alienação social consiste na oposição não resolvida entre a aparência de uma sociedade universal e a divisão radical em classes” (CALVEZ, 1975, p. 262). Os alemães e seus descendentes, que em sua maioria residiam em colônias nas áreas periféricas (atuais bairros Fábrica, Borboleta e São Pedro), não foram afetados de forma direta.

A respeito da colônia alemã, em Juiz de Fora, pode-se dizer que ela sempre tentou de maneira harmoniosa se integrar à sociedade local. No final do século XIX, sob o comando de Mariano Procópio Ferreira Lage, ajudaria a construir a estrada União Indústria, acesso fundamental da cidade com o Rio de Janeiro, naquela época, capital federal. Após o trabalho hercúleo, as colônias alemãs tiveram que se adaptar ao modo de vida local, enfrentando distância considerável com o centro da cidade, principalmente nas colônias D. Pedro II e de Baixo (atuais bairros São Pedro

e Borboleta).

Quando eclodiu a Primeira Grande Guerra, existiam vários alemães e descendentes proprietários de fábricas e lojas no comércio local. Isso mostra que parte da colônia conseguira prosperar graças ao capital acumulado com o trabalho na construção da rodovia União Indústria ou de alguma profissão aprendida na Prússia. Já no início da beligerância, os brasileiros mostravam-se simpáticos a *Tríplice Entente*, afirmação confirmada em jornais, como na edição do dia 05 de janeiro de 1916 de **O Pharol** (p. 01) que marcou o início da publicação de artigos tendenciosos a favor da aliança composta por ingleses e franceses. Esse apoio tornar-se-ia explícito, a partir de 04 de abril de 1917, após o navio Paraná, que conduziria café para a cidade francesa de Havre, ser afundado por um submarino alemão:

A notícia do torpedeamento do Paraná causou profunda indignação no Brasil. Grandes multidões desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro cantando a Marselhesa e dando vazão a suas revoltas atacando estabelecimentos comerciais pertencentes a alemães (VINHOSA, 1990, p. 111).

O impacto da notícia teve repercussão apenas no dia 18 de abril de 1917 quando a manchete do jornal **O Lince** (p. 01) repudiou o ataque alemão e exaltou os oradores que insuflavam a população contra tal afronta. Como conseqüência, o afloramento do patriotismo. No restante do país, os atos de repúdio a alemães se estenderiam sem distinção de classe. Com medo de possíveis retaliações, a Cervejaria Germânia mudou o nome para Cervejaria Americana, conforme registra **O Lince** do dia 22 de abril (p. 03).

Os alemães foram os “bodes expiatórios” da crise econômica nacional. A carestia seria atribuída a todos aqueles que tivessem suas origens ligadas à antiga Prússia que se transformou na atual Alemanha.

Mas essa fase de dificuldades se refletia somente entre as classes menos abastardas. Houve grande expansão industrial, favorecida em parte pela inflação e achatamento real dos salários. Os burgueses, por sua vez, angariavam, no ano de 1916, fundos para a construção de um novo prédio que seria a nova sede da Associação Comercial de Juiz de Fora. Dessa maneira: “[...] a luta das classes, por isso, que não pode ser ultrapassada no plano da existência social em que parece, obriga a um exame da alienação econômica, que funda, na realidade, a alienação social e a divisão em classes” (CALVEZ, 1975, p. 264).

A Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, conhecida como fábrica dos ingleses por seu capital ser de origem inglesa, expõe um exemplo da confusão mental na qual se encontrava o operariado local. A condição de trabalho apresentada pela instituição era aviltante. “O regime de trabalho é o mais rude,

chegando à fábrica a negar água para higiene dos operários” (ANDRADE, 1987, p. 130). Entretanto, a exploração britânica já estava arraigada no inconsciente coletivo do operariado, por isso, em nenhum momento ficou registrado algum tipo de protesto ou depredação contra instituição ou cidadão inglês:

Devemos ressaltar, contudo, que quando começou a guerra à supremacia inglesa na economia brasileira era indiscutível. Posição conquistada desde 1808, quando da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil. Daí a arrogância de autores ingleses como James Bryce, que em 1912 publicou um livro polêmico, intitulado *South America*. Passando pelo Brasil em 1910, viu a mão protetora de seu país por trás de todas as realizações nacionais: estradas-de-ferro, portos, estabelecimentos comerciais e industriais. O Brasil sendo uma terra de negros e mulatos deveria se conformar em ser protetorado estrangeiro. (VINHOSA, 1990, p. 25).

O contraste entre burguês e proletário, expandindo nesse caso a situação brasileiro/inglês e que também poderia ser reduzido a proletário juizforano/burguês mostra o essencial no que tange à dependência econômica e que poderia ser encarado pelo proletário como uma afronta muito maior que o torpedeamento do cargueiro Paraná pelos submarinos alemães.

Os descendentes de alemães já esperavam algum tipo de retaliação. Tanto que, na Escola de Farmácia e Odontologia, ligada ao Instituto Granbery de origem protestante, o diretor fez afixar, no quadro de informações, um aviso solicitando aos alunos que abstivessem de quaisquer comentários em público a respeito da guerra. Notícia que foi impressa no jornal **O Pharol** (15 jul. 1914, p. 01). Mas, não fica claro se o jornal publicou a notícia como uma forma de evitar possíveis conflitos dos teuto-descendentes com o restante da sociedade.

A carestia seria intensificada no ano de 1918 do mesmo modo que a guerra: em agosto, a máquina de guerra alemã afundaria o navio Maceió - período que aconteceria em Juiz de Fora a greve do açúcar, momento crítico, quando ânimos acirrados misturariam reivindicações trabalhistas com espírito patriótico. A miscelânea teria como resultado protestos, saques e depredações. A pauperização chegaria ao limite e dessa vez os protestos atingiriam os estabelecimentos comerciais como um todo. (ANDRADE, 1987).

O Brasil entraria no conflito oficialmente no dia 26 de outubro de 1917, com participação tímida, cujo fato de maior relevância foi a Batalha das Toninhas. Desconfiados de uma possível aproximação de um submarino alemão, é dado o sinal de ataque, mas os marinheiros atiraram em focas da espécie Toninha. A gripe espanhola foi a única responsável por baixas na tropa brasileira, tendo levado a óbito vários de nossos soldados (VINHOSA, 1990, p. 173-175).

No desenvolver deste ensaio, foram citados alguns casos de xenofobia e contraste social vivido pela sociedade de Juiz de Fora. Fica claro que, além do fator étnico, muito influenciou nos distúrbios sociais ocorridos a extrema carestia vivenciada no período por grande parte da população. Os burgueses, detentores dos meios de produção, não repassariam os lucros obtidos pela expansão econômica iniciada junto na Primeira Guerra Mundial, ficando indiferentes à situação de penúria das classes menos favorecidas, que em sua maioria era de operários:

Para o burguês, a sociedade não pode organizar-se senão nesta flagrante disparidade de condições sociais. Deste modo, o idealismo, comum a toda burguesia ascendente, tem, por contrapartida, uma dureza extrema para com as forças do trabalho. Esta atitude é sinal das prerrogativas que a burguesia se arroga como classe social. É o sinal da hostilidade que a opõe ao meio ambiente (CALVEZ, 1975, p. 279).

Os operários alienados socialmente viam nos alemães e seus descendentes a causa maior de sua carestia, embora muitos sofressem a mesma opressão, pois compartilhavam o mesmo ambiente, ou seja, o interior repressor das fábricas no horário de expediente; após o trabalho, rumavam juntos para a periferia, onde a miséria estaria instalada. O burguês, sim, oprimia tanto o operário alemão quanto qualquer outro. Por sua vez, os alemães e seus descendentes eram oprimidos por todos os setores sociais que não pertenciam a sua etnia.

O paralelo entre os fatos ocorridos em Juiz de Fora, com os conceitos de Marx, interpretados pelo filósofo francês Jean-Yves Calvez, mostra o trabalhador influenciado com inúmeras informações tendenciosas, transferindo para a colônia alemã os maus agouros de sua existência. Não percebendo que as ideologias dominantes desviavam, assim, o foco real da carestia, a colônia germânica já estava totalmente integrada ao modo de vida local. O antigo idioma foi esquecido, assim como os sobrenomes trocados ou abrisleirados, restando à comunidade a preservação de comidas típicas e danças, o que ajudaria de certa forma a amenizar os dias difíceis que se seguiriam à década de 1910.

Artigo recebido em: 10/09/2008
Aceito para publicação: 20/10/2008

REFERÊNCIAS

A CLASSE acadêmica. **O Pharol**, Juiz de Fora, p. 01, 15 jul. 1914.

A EUROPA em guerra. **O Pharol**, Juiz de Fora, p. 01, 05 jan. 1916.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Movimento operário em Juiz de Fora na Primeira Republica**. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912 – 1924)**. Juiz de Fora: EDUF, 1987.

CALVEZ, Jean-Yves. **O pensamento de Karl Marx**. Trad. S. J. Agostinho Veloso. Porto: Tavares Martins, 1975.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como gloria do império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (org.). **O século XX: o tempo das certezas, da formação do capitalismo a Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1, p. 151-182.

DEL ROIO, Marcos. A gênese do Partido Comunista (1919-29). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições: 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 223 – 248.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). **História: Pensar & Fazer**. 1. ed. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História - UFF, 1998. v. 1, p. 13-33.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A primeira guerra mundial. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (org.). **O século XX: o tempo das certezas, da formação do capitalismo a Primeira Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1, p. 232-251.

OLIVEIRA, Jesus de. O Brasil que surge. **O Lince**, Juiz de Fora, p. 01, 18 abr. 1917.

_____. O Brasil que surge. **O Lince**, Juiz de Fora, p. 03, 22 abr. 1917.

_____. O Brasil que surge. **O Lince**, Juiz de Fora, p. 50, 16 fev. 1918.

_____. Redução de custos. **O Lince**, Juiz de Fora, p. 02, 10 out. 1914.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. 2004. 412f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a primeira guerra mundial**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.